

“Falar grosso e bater de frente”: memórias e representações da repressão patronal frente às lutas canavieiras de Guariba e região

Gabriel Teixeira ^{*1}; Lidia Maria Reis Torres²; Rafael Aroni²; Reinaldo Tronto³

¹ Associação Brasileira de Reforma Agrária

² Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP

³ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sertãozinho (IFSP)

*Autor correspondente: dasilva.gp@gmail.com

Resumo: Este artigo inscreve as memórias da repressão, violência patronal e resistência de trabalhadores assalariados rurais, dirigentes sindicais e mediadores políticos do interior de São Paulo, no final do século XX, em uma história de busca por direitos, justiça e visibilidade das condições de vida e trabalho que tanto denunciavam. Os relatos, produzidos em novembro de 2023, no seminário “Lutas Canavieiras”, ocorrido em Guariba-SP, descrevem os caminhos e os limites da mediação política exercida pela Igreja católica, testemunhos de conflitos e de violências políticas praticadas pelos patrões, usineiros e fazendeiros no interior paulista, bem como os caminhos e descaminhos da resistência desses sujeitos com suas representações sobre os episódios narrados.

Palavras-chave: trabalhadores rurais; movimento sindical; violência política; usinas de cana-de-açúcar.

Abstract:

This article documents the memories of repression, employer violence, and resistance among rural wage workers, union leaders, and political mediators from the interior of São Paulo at the close of the twentieth century. It situates these narratives within a broader historical framework of the pursuit of rights, justice, and recognition of the living and working conditions against which these actors struggled. The accounts, produced in November 2023 during the seminar "Lutas canavieiras", held in Guariba/SP, elucidate the scope and limitations of political mediation conducted by the Catholic Church, provide testimonies of conflicts and political violence perpetrated by employers, sugar mill owners, and landowners in the São Paulo countryside, and critically examine both the successes and setbacks of resistance efforts, as well as the representations these actors construct regarding the recounted events.

Keywords: rural workers; labor movement; political violence; sugarcane mills.



[10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2026.v29i1.655](https://doi.org/10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2026.v29i1.655)



Retratos de Assentamentos

Introdução

As memórias e transcrições feitas neste artigo se encontram disponíveis *online* em plataforma de vídeos¹ e são fruto do seminário “Lutas Canavieiras”, realizado no Centro Cristo Rei, em Guariba, São Paulo, no dia 28 de outubro de 2023. O evento foi organizado pela Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA); a Comissão Camponesa da Verdade; o Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM); o Serviço Pastoral dos Migrantes de Guariba; a Missão Paz; o Centro de Estudos Migratórios e o Centro de Estudos Rurais da UNICAMP. Tal Seminário se deu também no contexto de outros diálogos, realizados com partidos políticos, sindicatos e antigos militantes com atuação de destaque no meio trabalhista rural paulista, processo ocorrido entre os anos de 2023 e 2024. De modo geral, tais contatos foram feitos com o intuito de refletir, junto com as próprias entidades e organizações, sobre experiências de reparação de graves violações de direitos humanos causadas contra populações e territórios rurais em décadas recentes, bem como experiências de responsabilização daqueles agentes públicos e privados envolvidos nas agressões.

Esse diálogo foi uma importante oportunidade para refletir sobre os episódios específicos de violência e violação de direitos ocorridos no interior de São Paulo, que envolveram trabalhadores assalariados rurais, seus mediadores políticos e sindicais, patrões, fazendeiros e usineiros, bem como a persistência dessas memórias e seus impactos concretos no cotidiano dessas comunidades rurais.

O evento em questão, cujos trechos das falas de alguns dos participantes, transcrevemos neste artigo, reuniu dirigentes sindicais de trabalhadores rurais do interior paulista; representantes de pastorais sociais; militantes sociais; trabalhadores rurais; assentados(as) da reforma agrária; professores universitários e pesquisadoras(es) em torno do debate sobre as violações de direitos humanos, direitos sociais e trabalhistas cometidos contra trabalhadores rurais e cortadores de cana antes, durante e depois das greves canavieiras, episódios que ficaram conhecidos como “Greves de Guariba”, ocorridas em meados da década de 1980.

Neste artigo, nos preocupamos em compilar em maior detalhe os depoimentos e relatos que apontam para as práticas de repressão, vigilância, monitoramento patronal e formas de resistência dos trabalhadores rurais. Do mesmo modo, nos preocupamos também em desenvolver breves apontamentos e interpretações daqueles pontos que, embora não tenham sido verbalizados durante a atividade, se fizeram presentes e puderam ser sentidos antes e durante todo o Seminário.

Inúmeras situações vivenciadas no planejamento e durante a realização do Seminário estavam atravessadas por tensões, receios, medos de retaliações e outros cálculos que nos pareceram ilustrativos não apenas da persistência de relações de poder e subordina-

¹As gravações das entrevistas estão disponíveis em vídeo e podem ser obtidas entrando em contato com a Pastoral dos Migrantes através do e-mail spm.nac@terra.com.br.



Retratos de Assentamentos

ção entre trabalhadores, fazendeiros e usineiros, como também da própria margem de manobra dos trabalhadores rurais, seus mediadores políticos e sindicais, resistências que seguem operando na região, quando o tema é a relação capital-trabalho.

A exemplo de esforços pioneiros, como as experiências latino-americanas, com especial destaque para os casos da Argentina, Uruguai e Chile (Basualdo et al., 2016; Welch, 2014; Novais, 2019; Cioccari, 2020; Pereira; Payne; Bernal-Bermudez, 2021), este artigo tenta contribuir no debate mais geral sobre Justiça de Transição e não repetição por meio da inserção das memórias dos trabalhadores do campo e da análise dessas "permanências" que seguem, ainda hoje, passados 40 anos da transição democrática, afetando a vida de homens e mulheres nos meios rurais.

Analisar as narrativas dos trabalhadores rurais e seus mediadores políticos, bem como aqueles "não ditos", pressupondo um contexto de uma Justiça de Transição fraca e extremamente tímida, especificamente do ponto de vista das populações do campo (Viana, 2013), nos pareceu relevante na medida que permite compreender e documentar não apenas as dores do passado, como também as razões dos silêncios do presente e dos receios do futuro.

Esse é o contexto no qual o Seminário foi construído. Tinha como intenção rememorar os episódios junto a trabalhadores rurais, lideranças sindicais e comunitárias, e outros mediadores políticos, documentando os diversos atos de violações de direitos humanos, os trabalhadores e trabalhadoras atingidos, os diferentes tipos de danos causados nesses episódios, as diversas formas de resistência, bem como os responsáveis diretos e indiretos das agressões, tenham sido eles agentes públicos e/ou privados.

O Seminário foi também um momento de provocar homens e mulheres do presente para os avanços e retrocessos na luta por direitos, na luta pela terra e pela cidadania². Neste sentido, foi um espaço rico por colocar antigos militantes, agentes pastorais e lideranças comunitárias em contato novamente. Embora a maior parte dos envolvidos e convidados tenha atuado por anos a fio, especialmente entre os anos da transição política até meados dos anos 2000, muitos não se viam há décadas. Serviu também por permitir uma aproximação, nem sempre fácil e tranquila, entre as expectativas de antigos militantes, agentes pastorais e dirigentes sindicais e as expectativas das novas gerações que seguem atuando no interior paulista, nem sempre herdeiras diretas das lutas e mobilizações que foram objeto de debate no evento e de discussão neste artigo.

Relembramos as problematizações que Paul Ricoeur (2007) faz sobre a memória social como processo histórico. Espaços como esse são maiores e significam mais do que a simples lembrança do passado. Lembrar, como aponta Ricoeur, que é um processo atravessado por uma tessitura imaginativa temporal de ideias que sustentaram lutas e resis-

²Cabe destacar que essa foi uma das tônicas e razões por trás da realização do Seminário. O avanço da mecanização e da automatização das tarefas de colheita da cana-de-açúcar, em marcha, com maior intensidade, desde o começo dos anos 2010, tem levado a uma reestruturação constante dos postos de trabalho na colheita de cana. Esse "esvaziamento", ao contrário de significar vazio e ausência de conflito, também tem reorientado o trabalho sindical e pastoral no interior paulista, com avanços e retrocessos na luta por direitos e na luta pela terra. Para mais detalhes, ver Maria Aparecida Moraes Silva (2024).

Retratos de Assentamentos

tências. São miradas coletivas do passado, feitas no presente, e que podem implicar ressignificações de eventos pretéritos, cujos objetivos e expectativas se atualizam no ato de lembrar, podendo ou não subsidiar ações de mudanças no presente.

Nesses termos, propor uma atividade como o seminário “Lutas Canavieiras”, implica pôr em marcha um processo mediado pela crítica e pelos próprios sujeitos sociais que se propõem a rememorar. Produzir memórias, nesses termos, é um ato de intencionalidade política que extrapola a simples repetição, que pressupõe intencionalidade. Esta, por sua vez, é percebida, vivenciada e apropriada por aqueles que participam da rememoração.

Por se tratar de um processo histórico, pode-se refletir sobre as diferentes versões existentes e o choque entre elas: a história oficial; a história que se conta no presente; as histórias silenciadas, aquelas postas à margem ou mesmo silenciadas no processo político de construção de uma memória; as versões que não são permitidas contar; as histórias que não se pretende contar, em razão de vetos ou sanções de naturezas variadas; podemos até falar das situações traumáticas ocorridas no passado e que, em razão da dor que persiste no tempo presente, dificilmente será conhecida.

De alguma forma, este texto carrega consigo parte dessas expectativas: permitir que se documente, na oralidade (Seminário) e no papel, aquilo que, seja deliberada, consciente ou inconscientemente, não se conta, não se divulga, não se permite contar e que, conseqüentemente, não se pune e não se repara. Propomos que as memórias transcritas neste texto - bem como as informações tácitas não verbalizadas e confessadas nos bastidores - rememoram os episódios de violência e violação de direitos humanos, como ilustram também avaliações, traumas, expectativas e receios tecidos no presente (Ricoeur, 2007, p. 84).

Durante o evento, ouvimos memórias de resistência, dos fatos não contados e/ou dificilmente ouvidos, reunindo antigas lideranças pastorais, políticas e sindicais ligadas à Igreja Católica progressista do interior paulista. Um primeiro fato curioso refere-se à resistência com que fomos recebidos por parte da audiência do Seminário. Ficavam em silêncio a maioria do tempo, interagiam pouco e pareciam bastante inquietos durante a programação do evento. Conversas reservadas deram conta de mostrar que muitos dos presentes no Seminário - ligados à pastorais, sindicatos e/ou associações de trabalhadores rurais - ainda trabalhavam e/ou dependiam, direta ou indiretamente, das ocupações geradas pelas usinas, as principais empregadoras da região.

Tal fato colocava muitos dos presentes em uma situação bastante delicada, temerosos da participação em um evento “contra” seus patrões. Alguns tinham esposas, maridos ou familiares diretamente empregados em usinas da região. Mesmo pairando o medo do fantasma da demissão por motivação política, muitas memórias de agressões e agredidos estavam presentes e foram confessadas nos bastidores do Seminário.

Alguns trabalhadores preferiram aguardar o intervalo - quando interrompemos o registro do Seminário - para compartilhar, durante o almoço coletivo, informações sobre situações de violência, pessoas que teriam sido violentadas pelo arbítrio patronal, possíveis contatos para



Retratos de Assentamentos

avanço das tarefas de recuperação de memória e pedidos específicos de cuidado sobre temas e relatos considerados sensíveis. Um dos participantes chegou a confessar, de maneira reservada, que só contaria o que sabia em outra ocasião, fora do Seminário, já que sua esposa trabalhava em uma usina numa cidade vizinha. Por esta razão, alguns nomes de empresas e de pessoas foram omitidos no artigo, enquanto outros puderam ser publicizados, pelo bem do registro historiográfico.

Trechos de alguns depoimentos aqui transcritos, recortados de outras falas proferidas durante o Seminário, buscam dar visibilidade não apenas às contradições entre trabalhadores e patrões, mas às estruturas de exploração, em especial ao relato do próprio sujeito explorado, suas memórias e explicações do fato narrado.

Breve contexto dos atores e dos principais marcos históricos das lutas sociais canavieiras na cidade de Guariba e região

Guariba é um município do interior do Estado de São Paulo localizado na Região Metropolitana de Ribeirão Preto e fortemente integrado ao circuito produtivo da cana paulista e nacional. Sua produção agropecuária em 2023 estava concentrada em 79,5% na cana-de-açúcar, dotada de uma estrutura fundiária altamente concentrada: no último censo agropecuário (2017), constavam apenas 82 estabelecimentos rurais e uma usina de açúcar e álcool, empregando apenas 790 pessoas em suas atividades agrícolas (8,2% dos empregos formais do município).

Em 2023, dos 9.559 empregos formais, a indústria de fabricação de produtos alimentícios participava com 24,8%, enquanto o total da produção industrial participava com 92,6%. A população municipal atingiu 37.498 habitantes no Censo de 2022, com taxas de urbanização de 97% e de ocupação de 25,5%. Os dados apresentados (IBGE, 2025; SEADE, 2025; Tronto, 2024) indicam uma estrutura produtiva baseada na concentração de terras, na monocultura da cana-de-açúcar, na elevada mecanização do campo e na monoindustrialização em fabricação de produtos alimentícios, centrada na usina de açúcar (e álcool). Parte deste cenário ajuda a entender o poder econômico e político persistente de usineiros e fazendeiros, na medida em que a economia do Município e das cidades vizinhas é fortemente dependente das usinas e da atividade sucroenergética.

As greves de Guariba tiveram início em maio de 1984, no contexto dos anos finais da ditadura empresarial-militar brasileira³. Os movimentos mobilizaram milhares de trabalhadores rurais, conhecidos como boias-frias, na região de Ribeirão Preto, interior de São Paulo. De a-

³ Expressões como "ditadura empresarial-militar", ou "civil-militar", ampliam a noção tradicional de "ditadura militar" por destacar as bases civis e, sobretudo, empresariais que deram sustentação política e econômica ao golpe militar de 1964. Autores como Dreyfuss (1981) destacaram que tal relação se baseou numa aliança orgânica e poderosa entre os militares (que detinham o controle do aparato de Estado e da repressão) e grandes grupos empresariais nacionais e internacionais (que forneciam sustentação econômica, política e ideológica). Nessa aliança, os interesses do grande capital eram uma das principais razões de ser do governo e eram diretamente incorporados na formulação de políticas de Estado. Para um debate específico sobre as nomeações dos regimes ditatoriais, ver Melo (2014), em especial a introdução e o capítulo 5.

Retratos de Assentamentos

cordo com Penteado (1995), diversas causas contribuíram para as ações diretas, incluindo a exploração econômica por parte de proprietários de supermercados, a extração do sobretrabalho pelos usineiros e as altas tarifas de água cobradas pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP). Além disso, o movimento grevista, impulsionado pelo aumento do corte de cana de 5 para 7 ruas, carestia e tarifas abusivas, expôs também disputas políticas regionais, entre o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e o Partido Democrático Social (PDS), que impulsionaram o movimento grevista, em contexto eleitoral e de complexa transição democrática (Aroni, 2021). Entre as formas de mobilizações trabalhistas se deu, por exemplo, a realização de piquetes que bloqueavam a entrada e a saída de caminhões com matérias-primas e mão de obra das usinas de cana-de-açúcar, além da queima de canaviais, gerando um confronto direto com os usineiros e fazendeiros da região.

Não obstante diversas experiências de paralisação e de contestação dos trabalhadores rurais tenham acontecido, ainda atomizada e desarticuladamente, ao longo dos anos anteriores, as greves, pela radicalidade e generalização foi um primeiro embate público coletivo feito pelos trabalhadores rurais desde o golpe de 1964. Foram rapidamente reprimidas e, mesmo após o assassinato do metalúrgico aposentado Amaral Vaz Meloni, que assistia às manifestações grevistas, durante a repressão ocorrida em 15 de maio de 1984, seguiu pelos anos seguintes, com novos ciclos paredistas nos anos de 1985 até 1989.

As greves de 1984 rapidamente se alastraram por todo o interior do estado de São Paulo, iniciando um processo sucessivo de paralisações, inclusive em outros setores intensivos em mão de obra, como o caso da laranja. A criação do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980, o surgimento da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983, e as críticas colocadas pelas oposições sindicais nos meios rurais brasileiros, com vistas à denúncia dos dirigentes sindicais “pelegos” e pouco combativos, muitos dos quais interventores alojados nos meios sindicais, também contribuíram para esse caldo de mobilização (Alves, 1991).

Verena Stolcke (1986), ao investigar a avaliação que os trabalhadores rurais ex-colonos da colheita do café, fizeram do êxodo rural, desdobramento da modernização conservadora da agricultura levada à cabo nos governos militares ao longo dos anos 1970 e 1980, apontou que, para o caso de São Paulo, a saída do interior das fazendas foi vivida por eles como uma perda do controle das condições de subsistência (“o tempo da fartura”) e de uma crescente submissão às imposições do mercado (o “tempo do dinheiro”), processo que fora percebido como uma piora das condições de vida abrupta, unilateral e arbitrariamente estabelecida pelos seus patrões, reforçando a insatisfação, a sensação de exploração e de injustiça.

Nesse contexto, parte importante do apoio às reivindicações e organização dos grevistas veio de setores da Igreja Católica inspirados pela Teologia da Libertação⁴, especialmente através da atuação de membros ligados à Comissão Pastoral da Terra (CPT), às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e, posteriormente, ao Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM).

⁴ “A Teologia da Libertação é um movimento teológico cristão que surgiu na América Latina, a partir da década de 1960, fundamentado na defesa dos pobres e oprimidos, articulando fé e compromisso social em resposta às desigualdades estruturais” (Veiga, 2009).



Retratos de Assentamentos

As visitas aos alojamentos, as celebrações de missa e as intervenções diretas nos barracões e pontos de concentração dos trabalhadores nas praças e pontos de embarque rumo ao trabalho foram instrumentos de politização e de organização da luta dos trabalhadores assalariados rurais, ao mesmo tempo em que fortaleceram os laços de solidariedade entre esses trabalhadores e a legitimidade dos setores católicos progressistas como interlocutores e mediadores políticos.

Ainda assim, a relação da Igreja Católica do interior paulista com a luta camponesa foi controversa, conforme relatado durante o próprio Seminário, o que mostra que a Igreja nunca foi unânime, especialmente numa região marcada pelo patrimonialismo e influência de elites rurais centenárias, todas católicas.

A esse ascenso da politização, da mobilização e organização dos trabalhadores, os usineiros, empresários rurais, policiais e outros agentes públicos responderam com vigilância e formas mais ou menos explícitas de violência e repressão política. A ferramenta da “lista suja” - relação de nomes de trabalhadores com perfil “sindicalista”, ou que reclamavam por direitos, ou que denunciavam seus patrões à Justiça do Trabalho - foi relatada por diversas vezes, não apenas por expositores e relatos produzidos durante o Seminário, como nas demais conversas nos bastidores. Do mesmo modo, relatos de vigilância, espionagem, ameaças, agressões e acordos officiosos envolvendo usineiros, fazendeiros, órgãos policiais e militares, com vistas à repressão política dos trabalhadores e seus mediadores políticos também foram recorrentes.

Os depoimentos deram conta de mostrar também todo o lado inventivo, comprometido e criativo da movimentação e mobilização levada a cabo por dirigentes sindicais, agentes pastorais, párocos, leigos e dos próprios trabalhadores rurais. Os relatos foram selecionados de modo a priorizar as descrições dos principais conflitos junto a patrões e empregadores, bem como as representações que os depoentes fizeram dos conflitos vivenciados; a atuação da Igreja no trabalho de base, na organização e mobilização de trabalhadores rurais e, por fim, a vigilância e repressão dos patrões.

Os trechos transcritos a seguir foram recortados do Seminário por terem relação com, ao menos, três eixos principais: i) relatos das formas de ação de empresários rurais, patrões e/ou agentes públicos, tanto nas ações de vigilância, de monitoramento, de apoios materiais e logísticos à repressão e no eventual envolvimento direto em ações repressivas; ii) o cotidiano do trabalho, com ênfase nas formas de exploração; iii) e as representações que os próprios trabalhadores e seus mediadores políticos fizeram destes pontos anteriores, com destaque para as formas de ação, sobretudo as coletivas.

Os trechos recortados trazem tópicos e subsídios para uma análise de cada um dos pontos listados acima, aparecendo nos relatos de maneira mais ou menos explícita. Optamos por selecionar estes pontos nos relatos das lideranças políticas, sindicais e/ou comunitárias que tiveram ação de destaque no período que vai da eclosão das greves, até meados dos anos 2000. Deste modo, reproduzimos os trechos e relatos selecionados, adicionando, eventualmente, comentários e destaques pontuais considerados relevantes para leitura e compreensão dos depoimentos.



Retratos de Assentamentos

Valditudes de Barros Pinto (“Ratinho”)⁵

É com muita satisfação que eu registro esse momento. Vejo que é mais um momento de orgulho na minha vida, de rever tantas pessoas que foram um exemplo para a minha vida até este momento. Temos a minha história, de um trabalhador[A1] . Aí chegou nos anos 70, que era excluído totalmente pela, principalmente, por uma cidade que era dominada, que era Dobrada, que era uma cidade dominada pelos italianos. E nós ao sairmos do Nordeste, chegamos...; a chegar lá com uma família grande, nós éramos 11! Existia, e existe ainda, um grande preconceito que, até o nosso próprio nome não era considerado. Chamavam nós de o “pernambuco”, o “boia-fria” o “barriga verde”. Então você já perdia até as suas características. O trabalhador, mesmo que algumas empresas naquela época registrassem, o trabalhador não tinha consciência dos seus direitos,então era apenas registrado. O patrão sabia do seu direito, mas abafava tudo e pagava o pagamento quando bem queria, com atraso.

Mas o que eu tenho a dizer é o seguinte: que, primeiro ponto, só tenho a agradecer a Deus pelos momentos de trabalho escravo que tive [ironiza]. Por exemplo, eu estive trabalhando porque antigamente lá, você saía de manhã e o primeiro ônibus que encostasse, você já ia trabalhar. Então, eu lembro que nós, de manhã cedo, montamos num caminhão que parou, e fomos cortar a cana aí perto de Araraquara. E chegamos lá, o cara falou: “É pouca cana, vocês têm que lutar aí, têm que se virar aí, que é pouca cana. E acabou, vai embora.” Eu sei que eu e minha irmã, nós pegamos um eito de cinco ruas juntos e “largamos o facão para cima”. Eu sei que, quando foi uma hora, minha irmã falou: “Estou com..., o sapato, meu sapato tá molhado.” Quando ela ergueu assim a roupa, estava com sapato cheio de sangue, tinha levado uma facãozada, ela nem tinha percebido da correria tão grande. Isso daí foi um dos casos, né.

Nós íamos trabalhar, só que você, o mesmo caminhão que transportava nós era o mesmo que ia puxar cana. Então, chegava, se houvesse qualquer imprevisto e quebrasse, você ficava lá na roça. Não tinha horário de chegar. Então você era jogado, você era descartado. Não tinha o mínimo de consideração, a empresa não pagava nada. Isso era um total sofrimento. Então, você pegando no início de todos esses, tanto é voltando que se nós tivéssemos, quando terminássemos a safra tivéssemos direito a uma indenização, como foi ocorrida após 84, nós, nós éramos irmãos, já tinha voltado no mesmo ano porque terminou o ano, não sobrou nada. E meu pai querendo ir embora com todos, mas não tinha dinheiro da passagem.

A respeito da minha situação, eu diria o seguinte: quando você começa, quando você não sabe de direito nenhum, é uma coisa. “Eu não sei qual é o direito que eu tenho”, então não esquentar a cabeça. Mas a partir de quando a Igreja começou a fazer um trabalho e eu comecei a entender os meus direitos, aí eu falei: Não, agora tem coisa errada! Eu tenho que começar a *falar mais grosso*.

⁵ Foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Dobrada (SP). Ratinho, como é conhecido, teve atuação de destaque na mobilização dos trabalhadores rurais. Trabalhou 10 anos como boia-fria; 4 anos como fiscal de turma sendo, mais tarde, dirigente sindical eleito em chapa de oposição sindical no começo dos anos 1980. Foi eleito vice-prefeito de Dobrada, pelo Partido dos Trabalhadores.



Retratos de Assentamentos

Eu vejo que houve um clamor de Deus que indicou pessoas certas no momento certo, que doeu o sofrimento que os nordestinos estavam passando com o corte de cana, que foi que Deus encaminhou para lá o Padre⁶. Não podemos esquecer do padre Bragheto, que foi uma pessoa que teve um trabalho muito bom, porque o trabalhador não tinha consciência dos seus direitos.

A partir da ida do Padre, de modo especial do padre Bragheto, que depois foi engrossando essa fileira com a ajuda de Deus, que nós tivemos a maior felicidade em dobrar toda essa região. E uma das pessoas que esteve presente no início também foi o padre Antenor e o padre Alfredo, ainda seminaristas. Eles, com o sofrimento daqueles trabalhadores na época, eles não só procuravam acompanhar esse sofrimento, como também queriam sentir na pele esse sofrimento, que foram cortar cana. Eu cortei cana junto com o padre Antenor e com o Alfredo naquela época.

E as coisas começaram a mudar já no início dos anos 80, com um trabalho, eu diria assim, de formiguinha, um trabalho da Igreja. A Igreja também, eu vejo tanto era um trabalho forte material como espiritual, porque a pessoa, o trabalhador, começou a ter vez. Aquelas pessoas que eram excluídas começaram a ter vez na Igreja. Até chegou o momento de ser o ministro da Eucaristia lá, onde nós éramos todos excluídos, e começamos aí um trabalho espiritual indo na missa direto, os nordestinos começaram a se aproximar.

Eu lembro que no início, quando a Igreja se aproximou, nós começamos, por exemplo, de você pegar um palitinho, você torcer ele é fácil, você quebrar um palito só. Mas você pegar dois, três ou quatro palitos já se torna mais difícil. Por exemplo, se você vir um cacho de abelha ali, se só tiver uma ou duas abelhas é fácil ir lá e derrubar, mas se tiver bastante, o bote é mais difícil. Então, isso daí foi o que nós levávamos nas assembleias, nas reuniões, nas comunidades de base⁷ que, naquela época, toda semana, todas as terças-feiras, nas comunidades de base, nós levávamos e em cima disso daí nós levávamos todos esses exemplos, a força da união. Por isso, gerou esse momento aí, que você começou a falar: "não, agora é a hora e vamos entrar nessa luta". E eu, lógico, que eu já tinha um trabalho junto com a Igreja, eu comecei, falei: "não, eu vou entrar". E depois tinha, já tinha o presidente do sindicato, mas também por problema de saúde, entrou uma menina. Então eu fui indicado e assim que eu entrei, no ano seguinte, foi 85, eu entrei, aí já fiz uma greve, já dei uma mudada nas coisas e foi caminhando.

⁶ Em 1980, a atuação das forças políticas ligadas à criação da Comissão Pastoral da Terra, teve destaque a participação do padre José Domingos Bragheto. Seu trabalho foi essencial na coordenação de atividades, denúncias de violações, promoção da conscientização e no apoio à formação de sindicatos de oposição, especialmente nas regiões de Ribeirão Preto e Araras. Padre Bragheto também abrigou dois seminaristas que, anos mais tarde, também teriam atuação de destaque nas lutas canavieiras, sobretudo a partir do final da década de 1990 e começo dos anos 2000. Trata-se dos padres Antenor e Alfredo. Para maiores informações, ver Bragheto (2019).

⁷ As ações da Comissão Pastoral da Terra inserem-se no movimento mais amplo de reposicionamento da Igreja Católica, que remete à década de 1950, quando da criação das Comunidades Eclesiais de Bases, principalmente com a juventude periférica das capitais do Rio de Janeiro, Recife e São Paulo, por meio da Juventude Universitária Católica, Juventude Estudantil Católica e Juventude Operária Católica (Betto, 1986; Novaes, 1993).



Retratos de Assentamentos

A partir das novas lutas, a partir da presença maciça da Igreja, das pessoas que eu já citei, as coisas foram melhorando. O trabalhador começou a entender os seus direitos, começou a *falar mais grosso, já começou a bater de frente com o gato*⁸, já começou a criar um clima de mais ânimo, um clima que você era um ser humano, que você era um ser que merece ser respeitado (...).

Isso daí começou a evoluir, entrou os anos 80, foi formando uma base. A Igreja estava totalmente aqui, eu diria; a Igreja, que era coordenada pelo padre Bragheto, pelo padre Antenor e por essa equipe, sempre acompanhou esse movimento, começou a se envolver; que eu sei que em 84, houve aquele levante de Guariba, das greves. Nesse momento das greves, em seguida, as cidades vizinhas entraram tudo junto para reivindicar. Tivemos o caso de Dobrada né, que a partir daquele momento, houve vários movimentos de greve que nós fizemos.

E fizemos um trabalho aí, que eu, que eu estava vendo, que o nosso primeiro acordo lá de Dobrada já foi no ano de 85. Fizemos um acordo bem feito com as usinas, com as fazendas, e as coisas a partir daquele momento começaram a mudar. Começou a mudar e foi um trabalho. Eu procurei fazer o máximo possível, manter a minha linha de fiscalização.

Porque vocês [a Igreja e ele incluso] realmente bateram de frente com aqueles que só pensavam no lucro, que só pensavam e pensam até hoje, no lucro. E, realmente, com um grupo, com força, com Deus presente, com o Espírito Santo de Deus, como eu me lembro sempre que eu estive numa reunião, foi em Goiás, que tinha aquele padre Josimo. Você deve lembrar dele, que foi assassinado lá por causa dos trabalhadores que queriam fazer parte da CPT. Então você sabe, muitas pessoas que partiram. Então foi uma coisa, eu digo o seguinte, naquele momento e continua até hoje, foi uma grande libertação para a causa do trabalhador.

Outro ponto: sim, dos patrões. Os patrões é uma doença que eu vou falar... que naquele tempo era pior do que um câncer. Só matava ali, não tinha amor, que o que pensava era só no lucro. Eu lembro um dia que eu estive no alojamento, eu fui no alojamento até com um pouco de “cismo”, sozinho no domingo, que os mineiros estavam todos lá no alojamento, e eu arrumei uma pessoa que era um ex-policial, [fui] de táxi. Aí eu fui lá na fazenda, só que eu pensei que essa pessoa ia ficar me esperando lá e ele foi embora. Isso quando eu entrei lá no alojamento conversei com os trabalhadores. Só que os trabalhadores estavam junto me receberam muito bem, só que o cara falou: “segura ele aí que nós têm que pegar esse cara, nós têm que pegar ele aí já; meu pai tá chegando para nós jogar ele nesse tacho. Nós temos que sumir com ele daqui”. Aí um trabalhador falou: “cuidado, cuidado que a boca tá esquentando aí, estão preparando uma cilada para você”.

Nós fomos para Monte Alto na época do começo, aí com padre Antenor, com padre Bragheto, e os turmeiros prepararam, foram lá derrubar o palanque, nós estávamos lá, sabe? Tudo isso daí então, toda forma que os patrões poderiam fazer, era procurar eliminar né.

⁸Essa mudança de postura e de repertório de atuação dos trabalhadores rurais, que passam a admitir a reivindicação e a contestação das relações de poder às quais estavam submetidos, é um ponto alto da literatura referente à atuação dos trabalhadores volantes boias-frias. No entanto, não é novidade e já fora documentada, no caso de São Paulo, desde os anos 1950. Cf. Welch, 2010. O “gato” é o intermediário entre a usina/fazendeiro e o trabalhador/trabalhadora e será tratado nos trechos das falas de “Padre Antenor” e de “Seu Inácio”.



Retratos de Assentamentos

Pe. Antenor Dalla Vecchia.⁹

Pe. Antenor: Então, nós estávamos tratando aqui de uma realidade também de migrantes locais, mas acima de tudo, de migrantes sazonais. E por que os migrantes deixavam Minas Gerais, Bahia e outras regiões? Porque, na verdade, era uma região abandonada, como eles sempre dizem, uma região abandonada e que não tinha recursos para dar uma resposta consequente às necessidades, às demandas da própria família. Então, todo ano, nós encontramos trabalhadores que fizeram 30, 40 safras. Ou seja, mudou um pouco a cabeça desse trabalhador porque, de fato, ele estava com os filhos, com a família, por um pequeno período. Inicialmente eram seis meses, depois foi diminuindo, diminuindo e mais no fim [do corte manual], eles permaneciam com a família, 3 meses, 2 meses, porque as necessidades os obrigavam a buscar outras respostas.

E o que é que acontecia, por exemplo, em Minas Gerais? Estava entrando, a partir dos anos 70, a plantação de eucalipto. Plantação de eucalipto por grandes empresas que, de fato, acabavam tomando a terra dos pequenos proprietários, dos pequenos lavradores. Então, nem a terra eles já não tinham mais e, além da seca, eles sentiam realmente a necessidade de sair. Não havia projetos nestes períodos que pudessem responder à sua realidade na origem; por outro lado, no destino, que era a região canavieira, havia uma dispersão muito grande dos trabalhadores. Então, era um povo que vivia disperso, à mercê dos patrões, à mercê dos gatos, enfim, daqueles que deveriam manter as coisas como estavam, isso era muito claro. Ou seja, não existe coisa pior no mundo se você experimenta este elemento da dispersão. Ou seja, você não tem conexão com ninguém. Você vive sem um horizonte, sem uma perspectiva, você tá lascado de tudo, tá sofrendo toda sorte de privação e você não tem ninguém que possa dizer, possa se juntar com você pelo menos e trocar um pouquinho a amargura da vida.

Claro, tudo isso, também, vem marcado por uma situação difícil por parte dos trabalhadores que migravam. Os gatos, de fato, foram elementos assim que trouxeram muita dor, muito sofrimento. Na verdade, os trabalhadores, eles se sentiam como que atrelados, aliás, eu conheci alguns gatos aí que eles tinham praticamente em alguns alojamentos da [usina] Bonfim. Todos eles eram compadres, ou seja, tinham afilhados, escolheram ele como padrinho. Então, esse mecanismo trazia muita insegurança para os trabalhadores, e justamente os gatos faziam esse papel de mediação com a usina, ou seja, o gato era um representante da usina 100%.

Bem, é lembrar também que nos alojamentos, havia uma exploração muito grande por parte do gato. No dia do pagamento, o gato trazia roupas para vender, trazia biscoito, trazia refrigerante, cigarro, e por aí [vai]. Então, esse bar do gato, que também tinha farmácia, ele vendia tudo pelo dobro ou triplo do preço. Ou seja, os trabalhadores eram, eles sentiam mesmo sabe, eram obrigados a se submeter a este regime, a este sistema.

⁹ Antenor assumiu a paróquia de Santa Ernestina como padre em março de 1985. Antes, tinha sido seminarista junto ao Pe. Bragheto. Juntamente com o Pe. Alfredo, compôs o núcleo da Pastoral dos Migrantes de Guariba e Região. Ver Silva (2005).



Retratos de Assentamentos

Parece que o encontro já podia acabar por aqui, né? [risos]. Porque nós já temos uma proposta aí bem consistente, que eu acredito deva ser levada em consideração, no sentido de dar alguns passos a mais. Então, eu fiquei pra dizer algo sobre, mais que tudo, sobre o tempo que eu estive por aí. E diria dos anos 79, 80, dos anos 80 e um pouco dos 90, que eu estive aqui na região. E eu procurei fazer um resgate de alguns elementos que estiveram muito presentes naquilo que nós chamamos de boletim *Cá e Lá*,¹⁰ né? Era um Boletim que circulava, pelo menos, em todos os alojamentos da Bonfim, regularmente. Circulava nas pensões, através de correio, circulava no Mato Grosso, em várias usinas do Mato Grosso, circulava em outras regiões, Espírito Santo, Goiás, circulava nas comunidades de origem dos imigrantes. E claro, este boletim, ele tinha um papel importante. Que eu diria que foi um pouco a tônica da pastoral, ela se dá a partir da circulação deste pequeno Boletim. Ele tinha uma penetração na vida das pessoas e dos trabalhadores assim, muito importante, muito consistente.

Isso é o Boletim. Só que este já é mais recente, né? E nós fizemos, no Centro de Estudos Migratórios, nós fizemos, recolhemos todos os boletins "*Cá e Lá*", e ele está digitalizado. Isso, todo mundo pode ter acesso. E seria muito interessante nesses dias, eu dei uma respirada, é superinteressante, de tanta coisa rica, tanto de pequenas opiniões, pequenas indicações feitas pelo próprio jornalzinho, mas também pelos trabalhadores, através das cartas, também pelos agentes de pastoral das regiões de origem.

Então, desde os anos 78, 79, nós iniciamos, para explicar um pouquinho como foi esse processo. Alfredinho e eu iniciamos um contato, conhecendo, tendo conhecimento da realidade dos canavieiros, dos migrantes sazonais, nós fizemos algumas incursões pelo Vale do Jequitinhonha, justamente para conhecer de perto a realidade dessas comunidades. Depois, nos anos 80 também, aí moramos aqui em Dobrada, justamente para conhecer mais profundamente as demandas e as situações vividas pelos trabalhadores, trabalhadores rurais locais, e também para conhecer mais de perto toda a situação vivida pelos migrantes que vinham do Vale do Jequitinhonha. E dentro dessa realidade de abandono, né, da seca, da falta de projetos, ou grandes projetos abocanhando as terras dos pequenos lavradores, os sindicatos também, na origem, pouco articulados, no sentido de ajudar os trabalhadores a encontrar uma saída. E justamente os gatos faziam esse papel de mediação com a usina.

Inclusive no momento em que nós começamos a fazer esse contato permanente, sistemático nos alojamentos, havia assim uma fiscalização por parte de tudo aquilo que nós dizíamos, que nós entregávamos na mão dos trabalhadores. Inclusive, havia ameaças. Muitos trabalhadores diziam: "Desculpa, nós não podemos nos aproximar muito de vocês porque o gato está nos ameaçando de mandar embora". Então tinha tudo isso. Então nós es-

¹⁰ O Serviço Pastoral dos Migrantes produziu, durante meados dos anos 1980, anos 1990 e começo dos anos 2000, dois boletins para seu trabalho pastoral junto aos trabalhadores rurais. O primeiro foi o "*Vai e Vem*", que depois se transformou em "*Cá e Lá*". Os boletins se encontram disponíveis no acervo do Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM), localizado no Centro de Estudos Migratórios (CEM), em São Paulo, capital.



Retratos de Assentamentos

távamos todos nesse meio. Mas é claro que na hora da celebração da missa, todos eram católicos, a gente tinha a oportunidade de falar abertamente e sem meias palavras tudo o que tinha que ser dito sobre a situação que eles viviam ali. Ou seja, a gente acabava denunciando a própria usina, né.

Eu lembro, várias vezes, houve um período em que eles não estavam suportando mais a nossa presença. Então, a visita que fazíamos de quarto em quarto, era importante essa visita que fazíamos assim. Antes da celebração, a gente tirava uma hora, uma hora e meia para conversar com eles assim, a usina vinha com uma câmera, filmando, controlando, vendo o que a gente dizia, vendo a reação dos trabalhadores. Então muitas vezes aconteceu isso. São situações de constrangimento, né? E isso realmente trazia muita tristeza para nós.

De encontrar algumas respostas também, no sentido de amenizar a dor e o sofrimento de tantos trabalhadores. O “Cá e Lá” também fez, ao longo de toda a sua existência, muita denúncia. Mas muitas denúncias feitas a partir das visitas dos agentes liberados, muitas denúncias feitas através de cartas, através de telefonemas dos próprios trabalhadores. Lembrar também das várias assembleias que foram feitas com migrantes sazonais e que, assim, algumas respostas importantes e, claro, com a participação muito viva do Valditudes, através do Sindicato de Dobrada, mas também através de outros sindicatos da região que começaram a se mobilizar. O que eu quero dizer é que houve, a partir desta mobilização, deste fato, a greve de Guariba, o surgimento de inúmeras realidades, situações de levantes, ou pequenos levantes aqui e acolá, que começaram a dar uma esperança aos trabalhadores. “Opa, então é possível. Nós podemos ser melhor tratados”.

Pe. Antenor: Essa era a usina Bonfim, mas nós tivemos contato com praticamente todas as usinas aqui do interior de São Paulo, através dos agentes de Pastoral. Nós tínhamos um baiano e um mineiro que faziam sistematicamente visitas nas várias regiões, justamente para ver como é que estava a realidade e a situação desses migrantes.

Jacinto Xavier¹¹

Fiquei muito atento no que os companheiros estavam falando antes de mim. Então, acho que todo mundo aqui tem um testemunho a dar. Acho que a recuperação dessa memória, do que foi e do que é o trabalho na cana-de-açúcar, ela é muito oportuna e muito curiosa ao mesmo tempo. Porque ficar falando do passado parece que é um saudosismo, parece que é só uma questão de lembrar, de rememorar. Mas eu acho que é mais do que isso. Falar do passado é ensinar para os filhos, é ensinar para os netos que mundo foi esse, as violências que a gente passou. Se a gente, por um lado, escuta esses relatos de muita resistência, de muita luta, é porque existia desrespeito do outro lado, é porque existia cobiça do outro lado, é porque existia perseguição do outro lado.

¹¹Jacinto Xavier é utilizado aqui como pseudônimo, de forma a proteger a privacidade do depoente. Xavier trabalhou no levantamento de casos envolvendo repressão a camponeses(as) de São Paulo e, atualmente, compõe a coordenação colegiada da Comissão Camponesa da Verdade (CCV).



Retratos de Assentamentos

E essa história aí que vocês receberam¹², a gente teve o trabalho e o cuidado de fazer esse material. E eu vou contar, vou resumir rapidinho a história que tá aí nesse panfletinho. Vocês veem o logo, muitos de vocês trabalham nessas usinas ou já trabalharam, mas aqui embaixo tem o nome delas, e eu vou citar nominalmente para vocês me acompanharem: usina São Martinho, usina Santo Antônio; usina Santa Adélia; usina Bonfim; usina São Carlos, que fechou; Empresa Cruz, empresa de ônibus; usina São Geraldo, que hoje também foi incorporada pela Santa Elisa¹³. Esses grupos aqui, depois que os trabalhadores começam a se organizar e fizeram o levante de Guariba, em janeiro de 85, pagam em dinheiro de hoje, algo em torno de duzentos mil reais para que um coronel da Polícia Militar custear a repressão, de maneira sistemática, às greves e grevistas de Guariba e região. Os patrões deram duzentos mil reais, em dinheiro de hoje, pagaram um coronel da polícia para que ele fizesse dez dias de operação policial reprimindo sindicalistas e trabalhadores. Foi nessa operação, por exemplo, que o Padre Bragheto foi espancado.

Estivemos com o Bragheto ontem antes de vir para cá. A gente saiu lá de São Paulo e o padre Bragheto, com livrinho de memória dele, de fotografia, ele abriu a foto e mostrou a foto dele espancado, com as marcas. Tiraram foto. Eu acho que ele foi fazer até exame de corpo de delito na época. Mas ele também mostrou outras fotos: crianças de colo com marcas de cassetete na cabeça, idosos com braço quebrado, mulheres, trabalhadores, sindicalistas ou não, às vezes só próximos do sindicato, barbaramente torturados numa operação policial paga pelos usineiros da região, esses que estão vendo o nome aí.

Eu estava conversando ali com o padre Igor, Pedro Igor¹⁴, certo? Ele estava dizendo que ele era pequenininho, quando o Bragheto estava lá em Barrinha, e jogaram bomba na casa paroquial. Bragheto era ameaçado de morte pelos gatos e pelos usineiros da cidade. Bragheto teve que sair do interior porque foi ameaçado, estava jurado de morte aqui. Foi para São Paulo, se engajou na Pastoral Operária e seguiu fazendo luta lá.

Se eu sou um empresário, eu não posso contratar a polícia para operar, né? Tem um ditado muito interessante: "Quem paga a banda escolhe a música". Imagina, se você pagou a polícia, a polícia não vai defender o direito do trabalhador que tá ali fazendo a greve, reivindicando o direito trabalhista. Será que a gente não pode reivindicar que essas usinas sejam responsabilizadas? O padre Bragheto que foi espancado, será que ele não tem direito a ser reparado? Outros trabalhadores e trabalhadoras que estejam aqui, ou que a gente conheça, que vivenciaram situações semelhantes, será que esse homem, essas mulheres não têm direito a serem reparados? A polícia batendo em trabalhadores é

¹²O depoente se refere a um panfleto, entregue na ocasião do Seminário, que narra a histórias de apoio financeiro dado por usinas da região à repressão dos trabalhadores rurais durante a greve de Guariba.

¹³A usina São Geraldo foi fechada dois anos após a incorporação. A usina Bonfim e o grupo controlador da usina Santa Elisa foram adquiridos pela multinacional Raízen em 2012 e 2021, respectivamente. Em 2025, as atividades da usina Santa Elisa foram encerradas. Esses poucos exemplos representam o processo de centralização, concentração, monopolização, desnacionalização e internacionalização do setor sucroenergético na região e no Brasil nas últimas décadas. Ver Tronto (2024).

¹⁴Nome original omitido por razões de segurança



Retratos de Assentamentos

uma violência do Estado, não é uma violência comum. O usineiro não suja a mão dele para bater em trabalhador, o usineiro compra a polícia para bater em trabalhador.

Só pra vocês terem ideia, a gente descobriu, conversando com Bragheto, que até a correspondência dele era violada. Os policiais e os militares pegavam a correspondência do Bragheto para espionar o que ele estava escrevendo. Provavelmente, padre Antenor, padre Alfredinho, a mesma coisa. O Estado de São Paulo, o Estado brasileiro, tem que reconhecer quem cometeu crimes contra os trabalhadores, e os usineiros também têm que ser responsabilizados.

Para vocês terem ideia, a gente achou o inquérito policial reservado, confidencial, em que a polícia investigou esse caso de 1985. Vejam vocês, foram mais de 2000 soldados, durante 10 dias. Até o Batalhão de Choque de São Paulo veio para a região para bater nos trabalhadores. Tudo pago por meia dúzia de usinas, fazendeiros e empresários do interior. A gente conseguiu documentar essa história toda e lá no meio do inquérito, que era oficial, a gente conseguiu desenterrar esse documento. Aparecem os usineiros dizendo assim: “Paguei mesmo, paguei para proteger meu patrimônio”. Quer dizer, a polícia vira garoto de recado, né? A polícia atua como ferramenta deles. A polícia não é neutra, não tá aí para defender nossos interesses. A gente está reivindicando uma coisa que tá na lei e a polícia, que deveria estar defendendo, bateu nos trabalhadores.

Inácio Bernardes (“Seu Inácio”)¹⁵, Vanderley¹⁶ e Seu Heleno¹⁷

Inácio Bernardes (“Seu Inácio”): Eu, Inácio Bernardes, conheço todo esse movimento das greves de Guariba, as greves de cortador de cana, de todo o povo que trabalhou aqui na região de Guariba, região de Barrinha, Sertãozinho-SP, nessas regiões todas a gente andou atrás dos migrantes cortadores de cana, porque justamente eu trabalhava numa usina, a usina Bonfim. O pessoal vinha trabalhar, ganhava uma mixaria, ainda tinha que repartir esse pouco que ganhava com os gatos; que naquele tempo não trabalhava diretamente com a empresa, trabalhava com os gatos. Os gatos então que faziam salário; dentro desse salário dos trabalhadores, [os gatos] tiravam a parte deles.

Então, os trabalhadores sustentavam a família deles e mais a família dos gatos, [já] que não eram as empresas que pagavam os trabalhadores, eram os gatos que recebiam das empresas. Os gatos pagavam os trabalhadores, principalmente os cortadores de cana. Então tinha alojamentos nas usinas, principalmente na usina Bonfim, tinha alojamento que tinha mil, mil e poucos homens trabalhando no corte da cana. Nós íamos nos alojamentos da catequese, orientar um pouco os trabalhadores que trabalhavam no corte de cana. Nós íamos nos alojamentos da catequese, orientar um pouco os trabalhadores que trabalhavam no corte de cana. Então a gente fazia esse trabalho com os migrantes, mas as usinas não po-

¹⁵Seu Inácio”, como é conhecido por muitos, foi agente pastoral leigo, atuante pelo Serviço Pastoral dos Migrantes. Seu Inácio teve atuação destacada, por vezes como agente pastoral liberado para atuação junto aos trabalhadores, tanto nos seus locais de origem, quanto no local de destino.

¹⁶ Vanderley também foi agente pastoral, atuando junto ao Seu Inácio e à equipe da Pastoral dos Migrantes nos trabalhos pastorais com os trabalhadores rurais.

¹⁷ Seu Heleno é trabalhador rural e atuou como agente pastoral junto à Pastoral dos Migrantes de Guariba



Retratos de Assentamentos

diam saber quenós levávamos ajuda para os trabalhadores, porque nós trabalhávamos também nas usinas, então não tinha condição de nós ficarmos levando o problema das usinas para os trabalhadores, porque as usinas tiravam dos trabalhadores.

Então a gente tinha que levar de uma maneira tão bem lá, para que as empresas não soubessem o que nós estávamos fazendo no meio dos trabalhadores do corte de cana. O Vanderley também fez parte desse trabalho, desse movimento com os migrantes. Então nós fizemos essa ponte, fazíamos esse movimento para que os trabalhadores conhecessem quanto que eles estavam dando de lucro para as usinas, e as usinas não queriam saber de que a gente fizesse isso, porque senão eles deixavam de ganhar essa porcentagem muito alta em cima dos trabalhadores, né. Quer falar um pouquinho, Vanderley?

Vanderley: A própria usina, os próprios funcionários da usina, os guardas, fiscais, a gente era perseguido por eles, a gente era perseguido por essas pessoas, com certeza. Então a gente, quando nós saímos dos alojamentos, os guardas eles nos revistavam, ficavam de olho aonde você ia, faziam de tudo para chegar aonde você ia e iam juntos, iam atrás da gente para saber o que que você iam fazer. Sabia que a gente tinha aquela catequese para fazer toda semana, mas às vezes até acompanhavam a gente para ver o que é que estava acontecendo.

Inácio Bernardes ("Seu Inácio"): É porque as empresas, as usinas, elas tiveram muitos meios para ganhar dinheiro com o povo, porque se todo o povo fosse ouvir o que nós dizíamos, eles ganhariam menos, né? Porque o momento das usinas era trazer esse povo no cabresto. Eles [usineiros] faziam de tudo para não registrar nenhum desses trabalhador, pnhava os gatos pra registrar eles, mas ele registrava o gato, mas não todos os outros trabalhadores que trabalhavam com o gato. Então era muito mais fácil manipular o povo do que deixar cada um ter o seu documento registrado pela usina, então eles não queriam isso. Então, nós ia orientar eles, até no fim eles começaram a olhar os guardas que ficavam nos alojamentos, não querer que nós entrassem nos alojamentos para levar comunicação mais direta com os trabalhadores.

Vanderley: Então, nessa época aí a gente precisou fazer um documento na usina com o nome da gente; só entravam aquelas pessoas que eram nomeadas. Nos alojamentos, nós ia dar catequese, eu, minha esposa, o Seu Inácio, tinha mais um pessoal que nem o Carlos e a Fátima. Então, a gente precisou ter uma autorização para poder entrar nos alojamentos, para poder trabalhar com esse povo aí, que eles não aceitavam. Onde você ia, [havia] um guarda junto com você, olhando o que você ia falar. Quando você dava catequese, eles ficavam na porta ouvindo tudo que você falava. Aí depois se chamava e falava: "hoje cê passou" [risos]. Era assim na perseguição.

Inácio Bernardes ("Seu Inácio"): E os usineiros, eles eram os coronéis, né? Eles mandavam e desmandavam, eles faziam o que queriam. Eles não faziam só o que era de lei, faziam até contra leis, principalmente para escravizar os trabalhadores. E os trabalhadores não podiam ser orientados porque, se fossem orientados, eles iriam saber por que estavam falando aquilo, porque eles estavam fazendo daquela maneira.



Retratos de Assentamentos

Heleno (“Seu Heleno”): Vou sentar aqui também, que eu já tô velho [risos]. Boa tarde. Eu não vim para aumentar nada, só complementar,[A1] alguma coisinha. Tudo que eles falaram era a realidade nossa, mesmo aqui da nossa cidade, tinha os alojamentos, como eles citaram, esse monte de homem. Com o fim, foi terminando, o fim dos alojamentos, o povo, os homens começaram a vir pra cidade e fazer amontoado de homens, como Vanderley falou: 20, 30 num barraco com um banheiro só. Até aí, a gente foi relevando, lutando, fazendo visitas, orientando eles. Aí, teve um momento que começou a complicar mais, foi quando eles começaram a trazer as esposas e os filhos. Aí, a coisa pegou, porque eles viviam num barraco, tinham as esposas, dois, três filhos e aquele bando de homem tudo embolado, moradias precárias mesmo. Então, foi quando a Pastoral do Migrante andou tendo até discussões, né, Vanderley? Porque era difícil, a gente chegava lá, às vezes, os donos das casas não queriam que a gente visitasse, não queriam, porque se nós íamos visitar, ia denunciar à lei e ferrava eles, a palavra é essa, ferrava os caras. Mas, como já foi falado aqui, a coisa foi ficando difícil. Todo aquele imbróglio lá do poder aquisitivo dos usineiros foi ficando difícil. Quando a coisa começou a apertar mais, o que aconteceu? Aí, foi terminando o momento do serviço braçal. Aí foi passando um maquinário, aí que eles faziam, o povo não tava vindo muito mais para cá. Aqueles que se adequaram a estudar e a aprender profissões, hoje, estão concentrados todos aqui em Guariba. São operadores de máquinas, motoristas, trabalham dentro das indústrias que resolveram dar um rumo na vida, mas não é todo mundo. E os migrantes estão aí, muita gente da nossa cidade; não tô falando de cidade vizinha nem da nossa cidade. [Muita gente] faz vista grossa, fala aqui “Que a Pastoral do Migrante tá fazendo aqui em Guariba?”, que não tem mais migrantes. Mas os migrantes estão aí. Chega migrante, sai migrante. Tem o trabalho [safra] da cebola que tá acabando agora, a laranja, eles vêm e volta, e nós não temos mais condições financeiras de tá acompanhando esses migrantes.

Considerações Finais

O historiador João Batista Teófilo Silva (2019), ao problematizar os desafios gerados pela nossa transição “lenta, gradual e segura” à democracia, destaca a “opção pelo silêncio”, bem como o caráter tardio e limitado das políticas de enfrentamento e de revisão do passado autoritário nacional. Dentre estas, citamos os esforços recentes representados pela Comissão Nacional da Verdade¹⁸ (2012-2014) e, em específico, o da Comissão Camponesa da Verdade (2012-2014)¹⁹.

¹⁸ A Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi instituída no Brasil pela Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011. Buscou apurar graves violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988, com foco especial no período da ditadura militar (1964-1985). O Relatório Final foi entregue em dezembro de 2014. No que diz respeito aos trabalhadores rurais, teve uma atuação importante, mas que foi bastante criticada pelos movimentos sociais e sindicais rurais brasileiros (Gasparotto, Teló & Teixeira, 2023a e 2023b).

¹⁹ A Comissão Camponesa da Verdade (CCV) foi criada em 2012, paralelamente à CNV, por iniciativa de movimentos sociais do campo, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e outras organizações. Sua intenção foi dar visibilidade às violações específicas sofridas pelos trabalhadores rurais, povos indígenas e quilombolas, muitas das quais não receberam atenção na CNV. Produziu inúmeros relatórios e publicações que sintetizam os principais embates travados pelo Estado e sociedade civil no que diz respeito à repressão e à Justiça de Transição no meio rural brasileiro.



Retratos de Assentamentos

Apesar de todo o acúmulo de conhecimento produzido junto ao Estado e sociedade civil, são tímidas as ações institucionais de reparação dos atingidos e/ou de responsabilização dos agentes, públicos e privados, que se utilizaram do terror de Estado como ferramenta de imposição de um projeto político e econômico no meio rural. É o que afirma Silva (2019, p. 103) ao dizer que aqui, nossa transição é marcada “pela impunidade e imunidade, sendo, pois, uma transição sem justiça”.

Acrescentamos ainda o fato de que, mesmo diante dos esforços recentes, quase sempre a luta das populações rurais é retratada como coadjuvante, ora como tendo pouco ou nenhum protagonismo e relevância junto à política nacional, ora fomentando uma narrativa que os coloca apenas no lugar social de vítima de grandes violências e violações (Gasparotto; Teló; Teixeira, 2023a; 2023b). Ainda hoje, mesmo dentro do próprio campo que discute memória e direitos humanos, persiste o vício de retratar as áreas rurais como espaço bucólico, mero substrato e o trabalhador rural como despolitizado, desorganizado e passivo (Teló, 2020).

As lutas específicas da enorme diversidade de homens e mulheres dos meios rurais brasileiros – dentre agregados, colonos, assalariados rurais, arrendatários, “camponeses negros”, quilombolas, assentados da reforma agrária, populações tradicionais, as populações indígenas, dentre tantas outras formas de ser, estar e viver no meio rural – são, quase sempre desconsideradas, quando não desconhecidas. Isso faz com que essas populações, ainda hoje, tenham enormes dificuldades de serem reconhecidas e contempladas por políticas públicas de justiça e reparação (Teló, 2020; Viana, 2013).

Assim, ao selecionar e destacar os trechos dos depoimentos aqui apresentados, pretendemos que este texto sirva como um registro das atuações ativas de trabalhadores, militantes e agentes pastorais na transformação do cenário vigente. Mais do que isso, pretendemos apontar que os próprios fatos narrados têm limites: se inscrevem dentro daquilo que é possível narrar, seja em razão de uma dor, seja em razão de um silêncio traumático, ou mesmo em função de uma possível ameaça e constrangimentos que possam ser, ainda hoje, causados pelos patrões, que seguem exercendo formas de controle e sanção daqueles que explicitam descontentamentos.

Pretendemos também registrar os abusos e as estratégias patronais de cumplicidade junto ao Estado para viabilizar sua própria agenda e impor seus interesses, muitas vezes às custas da repressão e do terrorismo de Estado. Como os fatos narrados sugerem, patrões, usineiros e fazendeiros seguem atuando com seu poder de barganha, praticando ameaças e impondo a lei do silêncio, num meio rural cada vez mais marcado pelo desemprego estrutural, pela desindustrialização e pela dependência deletéria da economia nacional de atividades primário exportadoras. Tivesse o interior paulista outras opções de vida e de renda para homens e mulheres trabalhadores rurais, talvez muitos não precisassem se esconder atrás de empregos direta ou indiretamente relacionados ao agronegócio regional. Mas o lugar de poder político e econômico dos grupos empresariais rurais da região só fez aumentar e, com ele, o receio de rememorar o passado, falar das lutas e das violências sofridas e vivenciadas.



Retratos de Assentamentos

Ao registrar as memórias das Greves de Guariba, pretendemos que a rememoração dos acontecimentos contribua com os debates tímidos, mas fundamentais, sobre Justiça de Transição e reparação no contexto brasileiro.

REFERÊNCIAS

- ARONI, Rafael. **Práticas de justiça em transição: legalismo autoritário e impunidade na apuração de mortes nas greves canavieiras dos anos 1980**. 2021. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- BASUALDO, Victoria; et al. (Orgs.). **Responsabilidad empresarial en delitos de lesa humanidad: Represión a trabajadores durante el terrorismo de Estado**. Posadas: EdUNaM; Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Centro de Estudios Legales y Sociales; Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, 2016.
- BETTO, Frei. **O que é comunidade eclesial de base**. 6. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BRAGHETO, José Domingos. **Da Resistência à Teimosia: Rumo ao Reino definitivo**. CIDADE: AN. Gráfica LTDA, 2019.
- CIOCCARI, Marta. Reconstruindo Memórias Traumáticas: Camponeses e o Regime Militar. **Retratos de Assentamentos**, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 214-237, 2020. Disponível em: <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/214>. Acesso em: 29 mar. 2025.
- DREYFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FERRANTE, Vera Botta. **A chama verde dos canaviais: uma história de luta dos bóias-frias**. 1991. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara.
- FUNDAÇÃO SEADE. **Seade Municípios**. Disponível em: <https://municipios.seade.gov.br/>. Acesso em: 1 abr. 2025.
- GASPAROTTO, Alessandra; TELÓ, Fabrício; TEIXEIRA, Gabriel. As contribuições recentes das investigações sobre ditadura, repressão e luta social no meio rural brasileiro. **Ruris**, Campinas, v. 15, n. 02, p. 07-16, 2023a. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/ruris/article/view/19546/14413>. Acesso em: 4 set. 2025.
- GASPAROTTO, Alessandra; TELÓ, Fabrício; TEIXEIRA, Gabriel. Uma década de comissão camponesa da verdade entrevista com Leonilde Medeiros, Sérgio Sauer, Regina Coelly Saraiva e Clea Nice Porto. **Ruris**, Campinas, v. 15, n. 02, p. 17-38, 2023b.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e Estados**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 1 abr. 2025.
- MELO, Demian Bezerra de. (Org.). **A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo histórico**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.
- NOVAES, Regina Reyes. Continuidades e rupturas no sindicalismo rural. In: BOITO, A. (Org.). **O sindicalismo brasileiro nos anos oitenta**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- NOVAIS, Adriana Rodrigues. Ditadura e violações aos direitos humanos dos povos do campo: um ensaio sobre o caso brasileiro. **Nanduty**, Dourados, v. 2, n. 3, p. 45-67, 2019.

Retratos de Assentamentos

- Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/nanduty/article/view/16767>. Acesso em: 29 mar. 2025.
- PENTEADO, Maria Antonieta Gomes. **Estratégia da fome: trabalhadores e trabalhadoras da cana**. 1995. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- PEREIRA, Gabriel; PAYNE, Leigh; BERNAL-BERMUDEZ, Laura. (Orgs.). **Justicia transicional y rendición de cuentas de actores económicos, desde abajo: desplegando la palanca de Arquímedes**. Bogotá: Fundación Konrad Adenauer, 2021.
- RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- SILVA, João Batista Teófilo. A Comissão Nacional da Verdade e os desafios e limites para a “justiça de transição” no Brasil. **Angelus Novus**, v. 12, n. 12, nov. 2019.
- SILVA, Maria Aparecida Moraes. La agricultura 4.0 en los cañaverales de São Paulo. In: Hubert Caton de Grammont; Paola Mascherono; Alberto Riella; Kim Sanches. (Orgs.). **Mercados de trabajo rurales, desigualdades y vulnerabilidad social en América Latina**. 1. ed. Buenos Aires: CLACSO, 2024, v. 1, p. 29-56.
- SILVA, Maria Aparecida Moraes. Pastoral dos Migrantes: peregrinos da resistência. **Revista Travessia**, São Paulo, maio a agosto de 2005. Disponível em: <https://travessia.emnuvens.com.br/travessia/article/download/703/649>. Acesso em: 5 set. 2025.
- STOLCKE, Verena. **Cafeicultura: homens, mulheres e capital (1850-1980)**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1986.
- TELÓ, Fabrício. A Questão Agrária nas Comissões Estaduais da Verdade. In: Sauer, S. (Org.). **Lutas, Memórias e Violações no Campo Brasileiro**. São Paulo: Outras Expressões, 2020.
- TRONTO, Reinaldo. **Trabalho, reestruturação produtiva e saúde do trabalhador/a: estudo com trabalhadores e trabalhadoras da indústria de Sertãozinho-SP**. 2024. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.
- VEIGA, Alfredo Cesar da. **Teologia da Libertação: nascimento, expansão, recuo e sobrevivência da imagem do excluído dos anos 1970 à época atual**. 2009. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-03022010-121123/>. Acesso em: 29 mar. 2025.
- VIANA, Gilney Amorim. **Camponeses mortos e desaparecidos: excluídos da justiça de transição**. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República: CIDADE, 2013.
- WELCH, Clifford Andrew. Camponeses, a Verdade e a História da Ditadura em São Paulo. **Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 6, n. 11, p. 57-84, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2014v6n11p57>. Acesso em: 29 mar. 2025.
- WELCH, Clifford Andrew. **A semente foi plantada. As raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil, 1924-1964**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.